

45 assim a necessidade de manutenção desses chips ativos; essa questão foi levada pela Sra. Gisele
46 junto com toda a equipe que faz a gestão desse projeto e conseguiu-se junto com outras
47 Universidades fazer com que o MEC/RNP prorrogasse o projeto até abril de 2022; na UFSCar são
48 cerca de 800 estudantes que utilizam o chip para acompanhar as atividades de forma remota. Sr.
49 Djalma informou que estava acontecendo o processo de eleições para representantes discentes em
50 vários Conselhos, inclusive no CoACE; disse que no site das eleições - <https://eleicoes.ufscar.br/> -
51 era possível acompanhar todo esse processo que envolve as eleições para representações discentes
52 da graduação e pós-graduação em diversos Conselhos. Sra. Gisele manifestou suas condolências e
53 homenagem ao estudante Hugo, do campus de Araras, sempre muito presente nas ações voltadas à
54 permanência estudantil no campus. 1.2. INFORMES DAS UNIDADES: Sra. Elaine informou sobre
55 a realização da Semana de Formação, Pesquisas e Práticas em Educação Infantil que ocorrerá na
56 UAC essa semana e que trará reflexões das dimensões do cuidar; esse é um evento aberto e gratuito
57 promovido pela UAC que será realizado remotamente de terça à sexta às 19h visando promover o
58 debate teórico e prático entre pesquisadores e profissionais que atuam com a educação infantil. Sra.
59 Valderéz reforçou o informe feito pelo Sr. Djalma sobre a abertura do edital de vagas na UAC para
60 filhos de estudantes bolsistas, reforçou que as inscrições iriam até quarta-feira, dia 17 de novembro;
61 disse que houve inscrições inclusive de não discentes, sendo importante reforçar que as vagas do
62 edital eram destinadas apenas aos estudantes bolsistas do PAE; outro informe feito com um
63 sentimento de gratidão para com todos(as) estudantes, que tem uma consciência muito grande do
64 seu papel, em especial pelo momento difícil que tem se passado; registrou que tem recebido nos
65 últimos dias contato de estudantes com o DeAE dizendo que conseguiram um estágio ou estavam
66 finalizando seus cursos e pedindo para suspender suas bolsas porque entendiam que havia muitas
67 pessoas precisando mais do que eles; registrou seus agradecimentos a esses estudantes conscientes
68 do momento difícil que a assistência estudantil tem passado. 1.3. INFORMES DOS MEMBROS: O
69 discente Gabriel informou que há sete candidatos(as) para o CoACE nas eleições de discentes, o
70 que indica que todas as cadeiras querem ser ocupadas, registrou seu contentamento com o interesse
71 dos discentes pelas discussões da assistência estudantil e em compor esses espaços deliberativos;
72 solicitou que fosse deixada mais evidente as conversas que seriam feitas sobre a moradia; e por fim
73 agradeceu pelo espaço e experiência como membro desse Conselho. 2 ORDEM DO DIA – 2.1 Ata
74 da 56ª Reunião Ordinária do CoACE: Não havendo manifestações a Ata da 56ª Reunião Ordinária
75 do CoACE foi aprovada por unanimidade. 2.2 Propostas da UFSCar para uma política pública de
76 assistência estudantil a ser compartilhada na reunião nacional do FONAPRACE entre os dias 25 e
77 26 de novembro de 2021: Sr. Djalma disse que esse ponto tratava-se de uma continuidade dos
78 debates da última reunião do CoACE; disse que a ProACE fez uma apresentação em relação aos
79 temas e assuntos que foram debatidos durante o Encontro Regional do Fórum Nacional de Pró-
80 reitores/as de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) que ocorreu em outubro no qual
81 se tiraram algumas deliberações já apresentadas no Conselho; disse que iria ocorrer nos dias 25 e
82 26 de novembro o Encontro Nacional do FONAPRACE e que gostaria de compartilhar alguns
83 entendimentos e abrir para complementações para que pudessem qualificar e levar a posição da
84 UFSCar para o Encontro Nacional; disse que a reunião nacional ocorre em dois momentos, na
85 metade do ano e no final, com o objetivo principal de levantar algumas pautas que possam gerar um
86 documento de posição do conjunto das Universidades Federais; um documento que oriente as
87 negociações a serem realizadas junto ao Ministério da Educação (MEC) e ao Ministério da
88 Economia (ME) quando estiver se tratando do financiamento e das políticas públicas voltadas para a
89 assistência e permanência estudantil; esse Encontro Nacional seria pautado em alguns eixos
90 orientadores do debate que ocorrerá nacionalmente: Assistência estudantil e retorno seguro às aulas;
91 Assistência estudantil e inclusão digital; Políticas de promoção da diversidade nas Universidades;
92 10 anos de lei de cotas; Projeto de lei do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e
93 Orçamento do PNAES 2022; na última reunião do CoACE, realizada no dia 19 de outubro, fez-se
94 uma apresentação um pouco mais pormenorizada desses eixos e em seguida foi encaminhado para
95 todos os conselheiros(as) o material da apresentação; nessa reunião ficou-se comprometido fazer
96 um debate mais amplo junto a comunidade universitária; esse debate foi feito na semana do dia 8 de

97 novembro por meio de uma live com a apresentação dessas temáticas, que serão mais detalhadas a
98 seguir; o detalhamento dos seguintes eixos consiste nas indicações já feitas pelo FONAPRACE
99 Regional Sudeste com algumas complementações que a UFSCar inseriu: 1º eixo - Assistência
100 estudantil e retorno seguro às aulas (protocolos de segurança, saúde, residência e RU's) tem os
101 seguintes pontos (a) Ampliação do orçamento do PNAES para o atendimento de demandas
102 agravadas em razão da pandemia, principalmente pelo aumento significativo de valores nos
103 insumos e serviços na área de alimentação (Restaurante Universitário) e também pela necessidade
104 de reajustes dos auxílios existentes e investimentos em infraestrutura que garanta segurança na volta
105 presencial; (b) Intensificação do apoio pedagógico, do acolhimento psicológico, da atenção à saúde,
106 do acompanhamento pelo serviço social e das atividades de orientação estudantil, durante a
107 transição entre a forma remota e presencial e o híbrido; (c) Garantia de EPIs (Equipamento de
108 Proteção Individual) e (d) Indicar a discussão sobre a obrigatoriedade da vacinação de estudantes e
109 demais membros da comunidade universitária para atividades presenciais/híbrido; o foco seria que
110 teríamos que ter um maior financiamento, seja pelo PNAES ou outra fonte de financiamento que dê
111 conta das mudanças estruturais que serão necessárias para se fazer um acolhimento seguro do
112 retorno; existem algumas ações judiciais que forçaram algumas Universidades a voltarem, e o que
113 se quer é que o debate ocorra visualizando e antecipando como posição nacional a necessidade de se
114 ter esse olhar, que não se tinha e que vai exigir financiamento público, seja para adaptações de
115 espaços, compra de EPIs ou alongamento de espaços para que assim ocorra uma diminuição no
116 número de pessoas que frequentam determinados espaços da Universidade. 2º eixo - Assistência
117 estudantil e inclusão digital tem como pontos (a) Ampliação da política de inclusão digital e que
118 seja uma política permanente do MEC para acolher demandas da graduação presencial ou à
119 distância e pós-graduação; o Projeto Alunos Conectados surgiu no contexto da pandemia e precisa
120 ser aprimorado, então o que se propõe é que haja uma política de inclusão digital; (b) Construção de
121 uma política de inclusão digital que considere as diferenças regionais, territoriais e que se articule
122 com demais ministérios para atuar de forma orgânica na viabilidade de infraestrutura (rede elétrica,
123 antenas de sinais de internet, etc); na compra e destinação de equipamentos para estudantes em
124 situação de vulnerabilidade (computadores, tablets, periféricos e acessórios); na distribuição de
125 sinal de internet (chips e cabeamento); na disponibilização de tecnologias assistivas para atender as
126 necessidades de estudantes com deficiência; a pandemia evidenciou a presença de estudantes que
127 estão em locais que não possuem infraestrutura ou que possuem uma infraestrutura muito precária
128 em termos de rede elétrica ou de antenas de sinais; o que se propõe e que foi debatido na Regional
129 Sudeste é que se pense uma política pública planejada de inclusão digital; sendo de grande
130 importância que o MEC em parceria com outros Ministérios focalizem nessa questão da inclusão
131 digital para além do contexto da pandemia, pensando como uma política pública de permanência
132 estudantil; foi destacado que a inclusão digital é uma das áreas que o próprio decreto do PNAES
133 permite investimentos, entretanto o recurso é escasso; a maioria das Universidades têm focado os
134 recursos da assistência estudantil nas áreas de moradia e alimentação; o objetivo principal é que seja
135 pensado uma política mais ampla para além do PNAES e que não haja competição entre recursos,
136 pois o recurso do PNAES não é suficiente nem para atender as demandas de moradia e alimentação.
137 3º eixo - Políticas de promoção da diversidade nas Universidades tem como objetivo (a) Criação de
138 espaços de gestão das ações afirmativas e demais políticas de equidade alinhadas com as políticas
139 de assistência e de permanência estudantil (na UFSCar há trabalhos em rede e intercampi entre
140 ProACE, SAADE, ProGrad, ProPG); (b) Valorização das diversidades nos currículos dos cursos de
141 graduação e de pós-graduação e (c) Fomentar projetos que promovam a diversidade (ensino,
142 pesquisa, extensão, outras naturezas); esse desenho de uma secretaria que faz a gestão das ações
143 afirmativas não é comum, existem muitas Universidades que possuem a gestão das ações
144 afirmativas ou até da permanência estudantil vinculada a alguma Pró-Reitoria de Graduação ou
145 Extensão, sendo assim seria interessante dar visibilidade para esses temas, para que fossem tratados
146 de formas transversais e que não ficassem restritos a um determinado assunto, a graduação
147 exclusivamente ou a pós-graduação; a valorização das diversidades nos currículos já é uma posição
148 da UFSCar que consta na sua própria política de ações afirmativas, diversidade e equidade. 4º eixo

149 - 10 anos de lei de cotas e 5º eixo - Projetos de lei de cotas abordam sobre a questão da lei 12.711 de
150 2012, que é uma lei federal, conhecida como lei das cotas; a partir dessa lei todas as Universidades
151 e Institutos Federais passaram a reservar vagas para estudantes que venham do ensino médio
152 público e dentro do ensino médio público que se autodeclaram pretos, pardos ou indígenas e
153 também de baixa renda; a UFSCar, assim como outras Universidades, já possuía uma política
154 própria de ações afirmativas e reservas de vagas nos seus cursos de graduação, desde 2007; o que
155 ocorreu é que quando foi promulgada a lei 12.711/2012, se colocou como previsão que depois de 10
156 anos a lei passaria por uma revisão e um debate junto ao Congresso Nacional, decorreu que os 10
157 anos serão entre julho e agosto deste ano; há uns dois anos vem ocorrendo muita articulação para
158 que haja a defesa da lei, para que ela não se sucumba diante do Congresso que temos atualmente e
159 também de um Governo Federal que já se mostrou nenhuma empatia em relação às políticas de
160 equidade, portanto, há um temor em relação à defesa e aprimoramento das políticas de equidade que
161 passam pela manutenção dessa lei; tem sido uma pauta bastante debatida no Congresso e existem
162 atualmente quase 40 projetos de leis que abordam a lei das cotas, seja para que ela se efetive ou que
163 a avaliação dela seja a cada 20 anos ou que sejam constantes, há projetos de leis também que
164 querem derrubar o recorte étnico-racial que a lei possui; há um projeto tramitando em caráter
165 conclusivo nas comissões assessoras da Câmara, uma proposta de lei que está ganhando mais
166 fôlego, que prorrogaria por mais 10 anos a avaliação, sendo a lei avaliada em 2032; esta proposta já
167 foi aprovada na Comissão de Defesa de Direitos das Pessoas com Deficiência e também na
168 Comissão de Direitos Humanos e Minorias; as aprovações nessas Comissões não são conclusivas,
169 pois ela ainda precisa tramitar na Comissão da Educação, de Cidadania e de Constituição e Justiça;
170 se for aprovada nessas 5 comissões, como tramita em caráter conclusivo ela não iria ao plenário,
171 contudo não dá para esperar que essas tramitações ocorram nessas Comissões, portanto está sendo
172 feito articulações junto a deputados(as) que defendem a continuidade da lei, que entendem a
173 importância da lei para um processo que precisa ser contínuo de democratização da própria
174 sociedade e que passa pela democratização do acesso e permanência no ensino superior; essa será
175 uma pauta bastante trabalhada no Encontro Nacional do FONAPRACE para se pensar estratégias e
176 ações; é importante também que cada um consiga levar nos seus espaços esse debate, para que as
177 pessoas compreendam o que está acontecendo; uma das propostas que será levada é que haja a
178 manutenção e aprimoramento das políticas de equidade e se somar em todos os espaços em defesa
179 dessa política. 6º eixo - Projeto de lei do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) tem
180 bastante importância para o futuro da Universidade Pública como pública; o PNAES começou
181 como uma portaria do MEC e atualmente é um Decreto do Governo Federal; o PNAES surgiu em
182 2007/2008 e em 2010 ele se tornou um Decreto Federal que determina em que áreas que as
183 Universidades podem investir os recursos da ação orçamentária do PNAES e quais seriam as
184 pessoas que poderiam ser beneficiadas; o fato é que por ser um Decreto o PNAES é uma peça mais
185 frágil em relação a uma lei; atualmente já existe no Congresso cerca de 13 projetos de lei querendo
186 transformar o PNAES em uma Lei Federal, uma lei que garanta a política pública e o direito à
187 assistência e permanência estudantil e também o financiamento dessa política; o que se pontua é
188 que a UFSCar, junto com outras Universidades da Região Sudeste, defende que seja construída e
189 consolidada uma lei do PNAES, contudo não se trata de pegar o decreto e transformar em lei, pois o
190 decreto é restritivo e exclui alguns grupos dentro da Universidade, como os estudantes de pós-
191 graduação em situação de vulnerabilidade, que não podem ser acolhidos pelo PNAES, assim como
192 os estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade do modo EaD; então o que se propõe é
193 uma lei do PNAES com um caráter mais inclusivo e que permita a possibilidade legal e jurídica de
194 acolher as vulnerabilidades do corpo discente de uma forma ampla, além disso, que também se
195 incorpore em um projeto de lei focado no PNAES o Programa de Bolsa Permanência que
196 atualmente é uma portaria do MEC de 2013; esse Programa prevê bolsas de permanência estudantil
197 para estudantes que sejam indígenas e quilombolas do Brasil todo, por ser uma portaria trata-se de
198 uma peça muito frágil juridicamente que fica muito a mercê de quem está na gestão; tanto é que
199 desde de 2020/2021 esse Programa não tem aberto novos cadastros; isto significa que estudantes
200 indígenas e quilombolas do Brasil todo que ingressaram desde 2020 não conseguiram se cadastrar

201 dentro da gestão desse Programa junto ao MEC para poderem receber as suas bolsas permanência;
202 antes do ingresso de 2021 havia uma estimativa de cerca de seis mil estudantes espalhados pelo
203 Brasil inteiro que teriam esse direito e não estavam recebendo a bolsa, atualmente esse número está
204 mais expansivo, então em uma pauta que debaterá uma lei de um Plano Nacional de Assistência
205 Estudantil que se incorpore nessa lei a obrigatoriedade do financiamento de políticas públicas para
206 estudantes indígenas e quilombolas, para não ficarem a mercê de um Ministério. 7º eixo -
207 Orçamento do PNAES para 2022 tem como pauta a necessidade urgente de que se tenha o
208 orçamento anual aprovado com mais antecedência; recordou que só houve uma Lei Orçamentária
209 Anual no final de abril de 2021, que começou a vigorar em maio, portanto praticamente se ficou
210 cinco meses sem orçamento; algumas questões relacionadas ao orçamento do PNAES foram: (a)
211 que haja a liberação de 100% do valor destinado ao PNAES sem contingenciamento para 2022
212 (observação: além desse ano não ter tido a lei orçamentária aprovada com antecedência, quando foi
213 aprovada houve um contingenciamento por parte do Ministério da Economia (ME) de recursos das
214 Universidades e Institutos Federais, que também incluiu o contingenciamento do recurso do
215 PNAES); (b) que o PNAES possa trazer a possibilidade de se investir em capital, atualmente o
216 PNAES só permite investimento em custeio (bolsas e material de consumo), num passado o PNAES
217 permitia realizar investimentos em capital, investimento esse feito, por exemplo, em melhorias na
218 moradia e em compras de equipamentos; (c) que também haja no PNAES a sinalização de fontes de
219 recursos para que se inclua estudantes de pós-graduação e de EaD em políticas de assistência
220 estudantil, pois atualmente consegue-se realizar isso com verbas de outras fontes que estão
221 vinculadas à ação de funcionamento das Universidades, mas deseja-se que no orçamento do PNAES
222 seja previsto esse recurso; (d) que haja o compromisso para o pagamento das bolsas de pós-
223 graduação, PIBID, PIBIC e residência pedagógica, pois a partir do momento em que esse
224 compromisso não é firmado pelos Ministérios, seja na Educação ou na Ciência e Tecnologia, com
225 os cortes da bolsa se tem um aumento pela demanda de assistência e permanência estudantil ao
226 mesmo tempo em que se corta as bolsas de estudantes que o PNAES não permite alocar, deixando
227 esses estudantes em situação de vulnerabilidade; (e) a recomposição orçamentária de uma forma
228 geral, mas sobretudo uma recomposição orçamentária do PNAES, porque se tem um histórico
229 crescente de financiamento da assistência estudantil, no caso da UFSCar, mais especificamente, até
230 2016 e a partir de 2016 começa a queda dos recursos para a assistência estudantil, há uma pequena
231 recomposição em 2019, mas que não atinge o patamar de crescimento que estava em 2016 e em
232 2020/2021 começa a despencar o financiamento da permanência estudantil e do fomento à ciência
233 do Brasil como um todo, no caso da UFSCar houve um corte de R\$2.200.000,00 exclusivamente na
234 assistência estudantil, recurso do PNAES. Sra. Gisele pontuou que muitos dos discentes de pós-
235 graduação foram bolsistas na graduação, o que reforça o quanto é preciso ajudá-los para que eles
236 também permaneçam na pós-graduação; disse que o Projeto Alunos Conectados já é um projeto que
237 consegue absorver a pós-graduação, tanto que foi feito um edital de chips para contemplar a esses
238 estudantes. Prof. João manifestou sua preocupação quanto ao prazo do Projeto Alunos Conectados,
239 pois está para ser aprovado no CoG um calendário suplementar no qual os alunos também
240 necessitarão ter acesso; questionou quando finalizaria esse projeto; também manifestou sua
241 preocupação em relação a garantia de EPIs durante o calendário suplementar. Sr. Djalma esclareceu
242 que o Projeto finalizará em abril de 2022; em relação à questão de EPIs o foco será nos estudantes
243 em situação de vulnerabilidade, mas foi aprovado no CoAd, em setembro, o Projeto de
244 Desenvolvimento Institucional – ProDIn que prevê a compra de EPIs e testes para dar conta desse
245 retorno, dentro do ProDIn também foi aprovado um outro ponto importante que tem relação com a
246 inclusão digital, do qual foi aberto um edital para compra de equipamentos para estudantes em
247 situação de vulnerabilidade dentro do ProDIn. O discente Gabriel perguntou se havia uma previsão
248 do PNAES para o ano seguinte; e a respeito de uma possível alteração dos espaços que a
249 Universidade tenha que fazer, perguntou como que seria uma readaptação no Restaurante
250 Universitário, pois esse era um local de foco, questionou se havia uma perspectiva para isso. Sr.
251 Djalma respondeu que haveria uma perspectiva mais concreta a partir do ConsUni que seria
252 realizado no dia 19 de novembro e que debateria essas questões do retorno; compartilhou que em

253 algumas Universidades os RUs foram abertos para cursos da área da saúde que estavam atuando
254 presencialmente, outras tiveram que fazer a instalação de baias entre as mesas e a comida não fica
255 mais exposta, outras ainda optaram pelo espaçamento do atendimento, aumentando o tempo de
256 funcionamento do restaurante; essas eram experiências de outras Universidade que seriam debatidas
257 e se encaixariam conforme fosse pensado o retorno; disse que existe um grupo formado pela
258 Secretaria de Gestão dos Espaços Físicos junto à Prefeitura Universitária que tem estudado esses
259 espaços comuns para verificar a necessidade de adaptações de infraestrutura ou de metodologia de
260 utilização desses espaços; respondeu que não há previsão do valor do PNAES para 2022. Profa.
261 Isabela questionou como ficaria a situação das moradias estudantis. Sr. Djalma respondeu que no
262 início da pandemia a UFSCar fez uma ação para que os estudantes que quisessem e tivessem a
263 possibilidade, pudessem voltar para seus núcleos familiares, mas muitas pessoas ficaram na
264 moradia, que tem sido ocupada com uma capacidade menor, esses estudantes estão sendo assistidos
265 e acompanhados pela equipe de saúde e assistência estudantil do DeAS e DeAE; tem sido feito um
266 monitoramento constante com reuniões com o NEVS e estudantes da moradia para se pensar como
267 se pode atuar nesse momento híbrido; algumas ações que têm sido feitas no sentido de evitar o
268 contágio pelo covid são a distribuição de máscaras e álcool em gel e o reforço da limpeza das áreas
269 comuns; a partir do que se definir no ConsUni dará uma maior orientação; se tem a equipe de
270 enfermeiras do DeAS e os estudantes que têm retornado têm entrado em contato para fazer os
271 protocolos; há apartamentos sendo usados para casos de quarentena e o contato com o NEVS tem
272 sido constante para tratar essas questões. Sra. Gisele pontuou que existem moradias também nas
273 cidades de Sorocaba em Salto de Pirapora, que não ficam dentro da Universidade, e que o DeACE-
274 So tem feito esse trabalho com os estudantes de lá. Sra. Fabiana colocou que houve uma entrega de
275 álcool em gel, de um projeto da Universidade que foi doado para os alunos das moradias de Salto de
276 Pirapora; sobre o aumento do apoio pedagógico nessa retomada e ensino híbrido perguntou se seria
277 alinhado com a ProGrad esse ponto; e a respeito do apoio psicológico, disse que entendia que é
278 preciso ampliar, mas que se sabe todas as condições e restrições de equipe, perguntou como seria na
279 prática. Sr. Djalma colocou que o acompanhamento pedagógico de estudantes bolsistas em muitas
280 Universidades está atrelado aos assuntos estudantis, havendo pedagogas nos quadros da gestão da
281 assistência estudantil, assim como as ações afirmativas, por isso essas pautas quando são debatidas
282 regional ou nacionalmente elas estão juntas nesses espaços; no caso da UFSCar elas caminham
283 juntas, mas com gestões diferentes, havendo sim essa conversa; o que será colocado no documento
284 é o que precisa ser levado ao MEC para negociação; esse momento exigirá essas intensificações de
285 acompanhamento pedagógico, atenção à saúde, atendimento psicológico, sendo preciso destravar
286 todas as questões de concurso para se ter mais profissionais dessas áreas; nesse sentido que será
287 levada a questão. Não havendo outras manifestações, as propostas da UFSCar para uma política
288 pública de assistência estudantil a ser compartilhada na reunião nacional do FONAPRACE entre os
289 dias 25 e 26 de novembro de 2021 foi aprovada por unanimidade. Na próxima reunião do CoACE
290 será levada uma devolutiva do que foi deliberado no FONAPRACE Nacional. 2.3 Constituição *ad*
291 *referendum* da Comissão de coordenação do processo de ingresso de crianças para o ano de 2022 na
292 Unidade de Atendimento à Criança (UAC), por meio de Edital de Universalização: Sr. Djalma disse
293 que há um prazo para se poder ficar dentro das questões que envolvem o processo seletivo das
294 crianças junto a UAC; essa comissão precisa ser aprovada no Conselho e precisou ser aprovada
295 entre uma reunião e outra, então está sendo trazido esse *ad referendum* que constituiu a comissão
296 que irá cuidar do processo seletivo para ingresso na UAC dentro da proposta de universalização,
297 que significa a abertura para mães, pais ou responsáveis pelas crianças do município de São Carlos
298 para que possam participar do processo seletivo para que as crianças frequentem a UAC em 2022.
299 Não havendo manifestações, a constituição *ad referendum* da Comissão de coordenação do
300 processo de ingresso de crianças para o ano de 2022 na Unidade de Atendimento à Criança (UAC),
301 por meio de Edital de Universalização foi aprovada por unanimidade. Assim, a reunião foi
302 encerrada com os agradecimentos do presidente e dos membros. Eu, LUANA DOMINGUES
303 PEREIRA, na qualidade de secretária, lavrei a presente ata.

304 Membros presentes na reunião:

305 Sr. Djalma Ribeiro Junior
306 Sra. Gisele Aparecida Zutin Castelani
307 Prof. Dr. Marcio Luis Lanfredi Viola
308 Profa. Dra. Isabela Custódio Talora Bozzini
309 Prof. Dr. Eduardo Pinto e Silva
310 Prof. Dr. Vinício Carrilho Martinez
311 Profa. Dra. Cali Laguna Achon
312 Prof. Dr. Claudionor Francisco do Nascimento
313 Prof. Dr. João Anderson Fulan
314 Profa. Dra. Aline Helena Appoloni Eduardo
315 Profa. Dra. Tathiane Milaré
316 Prof. Dr. Marcos Gonçalves Lhano
317 Profa. Dra. Adriana de Oliveira Delgado Silva
318 Sr. Arlei Olavo Evaristo
319 Sra. Afra Vital Matos Dias Gabriel
320 Gabriel Moutinho Fernandes da Silva